

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Responsabilidade fiscal combina com responsabilidade social?

Quando analistas do mercado financeiro e economistas ditos “ortodoxos” referem-se à necessidade de haver responsabilidade fiscal, parece, à primeira vista, que estão se referindo à necessidade de o Estado não realizar gastos (ou abrir mão de receitas públicas) de modo descontrolado, eleitoreiro e ineficiente, aumentando aceleradamente a dívida pública (em proporção do PIB) sem um planejamento econômico-orçamentário de médio e longo prazo. Se fosse somente isso, se fossem somente essas as suas preocupações, não haveria muita polêmica, visto que os políticos e os economistas que questionam a visão do mercado financeiro também concordam com esses parâmetros para qualificar a responsabilidade fiscal.

O problema está em alguns diagnósticos e causalidades evocados pelos economistas porta-vozes do mercado financeiro, que podemos sintetizar em duas ideias centrais.

A primeira ideia central é a de que a economia brasileira apresentaria historicamente um sério “risco fiscal”, suficiente para tirar o sono daqueles que compram títulos da dívida pública. Exatamente por esse grave risco fiscal, argumenta o economista ortodoxo, é que haveria a necessidade de o Banco Central manter a taxa de juros reais nas alturas, colocando o Brasil quase sempre na posição de país com a maior taxa de juros reais no mundo. Os maiores juros reais do mundo seriam uma espécie de prêmio exigido de modo justo e justificado pelos “investidores” que emprestam seus recursos ao governo: maior risco, maior incerteza, maior prêmio — uma simples e sadia “lei do mercado”.

A segunda ideia central é a de que a inflação decorreria de um excesso de demanda na economia. Não adianta apresentar dados objetivos indicando que, em muitos casos, a inflação é gerada por choques de oferta que nada têm a ver com excesso de demanda. A partir desse diagnóstico imutável (e imune aos fatos) de que a inflação — ou o risco de inflação — seria sempre um problema de excesso de demanda, os porta-vozes do mercado estão sempre cobrando do governo que colabore para a redução da demanda e modere seus gastos (exceto o gasto com os juros da dívida pública), e estão sempre cobrando do Banco Central que aumente a taxa básica de juros diante de qualquer tipo de sinal de pressão inflacionária, pois o aumento dos juros causa refluxo da demanda — demissões, queda nos investimentos — e esse refluxo da demanda combateria eficazmente a inflação.

Podemos agora formular com precisão: o mercado financeiro não vê antagonismo entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social porque, em sua visão, a primeira é sempre uma pré-condição para a segunda. Como o mercado financeiro sempre vê um risco fiscal significativo na economia brasileira, nunca estará satisfeito com o nível de responsabilidade fiscal demonstrado pelo governo, nunca achará que já estamos em condições de avançar com segurança nas tarefas sociais e sempre tachará de “populista” ou “demagógica” qualquer alternativa que signifique abandonar esse beco sem saída ao qual o país foi condenado nas últimas décadas.

Internet: <anima.pucminas.br> (com adaptações).

Considerando as informações veiculadas no texto CG1A1-I e a argumentação desenvolvida por seu autor, julgue os itens a seguir.

- 1 O autor analisa a relação entre responsabilidade social e responsabilidade fiscal, aderindo ao ponto de vista dos economistas ortodoxos.
- 2 De acordo com os sentidos suscitados pelo texto, os “economistas ‘ortodoxos’” e os “economistas porta-vozes do mercado financeiro” possuem perspectivas semelhantes a respeito da economia brasileira.
- 3 É correto afirmar que, segundo a perspectiva argumentativa adotada no texto, a “segunda ideia central”, mencionada no quinto parágrafo, é uma consequência da “primeira ideia central”, mencionada no quarto parágrafo.
- 4 Infere-se da leitura do último parágrafo que, em relação à pergunta que inicia o texto, os porta-vozes do mercado financeiro responderiam que responsabilidade fiscal não combina com responsabilidade social.

No que se refere a aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue os próximos itens.

- 5 No terceiro período do quinto parágrafo, o segmento “e imune aos fatos”, inserido entre parênteses, reitera o significado do termo anterior “imutável”.
- 6 No trecho “que podemos sintetizar em duas ideias centrais” (terceiro parágrafo), o vocábulo “que” pode ser substituído, com correção gramatical, por **os quais**.
- 7 A substituição da palavra “agora” (primeiro período do sexto parágrafo) por **entretanto** preservaria os sentidos do texto, dadas as ideias apresentadas no parágrafo e a relação semântica deste com o parágrafo anterior.
- 8 Conforme a norma gramatical, é facultativo o uso do sinal indicativo de crase na expressão “têm a ver” (segundo período do quinto parágrafo).

De acordo com o estabelecido no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens que se seguem.

- 9 Nas correspondências oficiais, o vocativo adequado à autoridade que ocupa o cargo de Vice-Presidente da República é Senhor Vice-Presidente da República, devendo a expressão ser seguida de vírgula.
- 10 A redação oficial exige clareza e precisão, ao mesmo tempo em que não prescinde da concisão.

P: “Se a pessoa trabalha com o que gosta e está de férias, então é feliz ou está de férias.”

Considerando a proposição P precedente, julgue os itens seguintes.

- 11 O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição P é inferior a 10.
- 12 A proposição P pode ser obtida pela aplicação da propriedade distributiva da conjunção sobre a condicional, utilizando-se as proposições “A pessoa está de férias.” e “Se a pessoa trabalha com o que gosta, é feliz.”.
- 13 A proposição P é uma tautologia.
- 14 A proposição P é equivalente a “Se a pessoa está de férias ou é feliz, então trabalha com o que gosta e está de férias.”.

Considerando a Lei Orgânica e o Código Tributário do município de Fortaleza, julgue os itens a seguir.

- 15 A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Fortaleza possui competência exclusiva para a propositura de lei que autorize a abertura de crédito suplementar ou especial, por meio do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara.
- 16 A Lei Orgânica do município de Fortaleza pode ser emendada mediante proposta do prefeito.
- 17 É vedada a cobrança da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública na fatura do consumo de energia elétrica cobrada pela Companhia de Eletricidade do Estado do Ceará, uma vez que os sujeitos ativos das respectivas obrigações não coincidem.
- 18 O Código Tributário do município de Fortaleza prevê a concessão de isenção total de IPTU, no caso de imóveis tombados pelo Poder Público.

Acerca de ética e função pública, julgue o item a seguir.

- 19 O padrão ético dos servidores públicos no exercício de sua função pública advém da natureza da função, ou seja, do caráter público e da relação do servidor com o público.

Julgue o próximo item, conforme a Lei n.º 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

- 20 Nos âmbitos administrativo e civil, as pessoas jurídicas são responsabilizadas objetivamente pelos atos lesivos previstos na referida lei praticados em seu interesse ou benefício, desde que exclusivo.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992, que trata sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

- 21 Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito doar a pessoa jurídica bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de ente da administração pública direta ou indireta, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
- 22 As entidades privadas que recebem incentivo fiscal ou creditício de entes públicos estão sujeitas às sanções da lei de improbidade administrativa.

Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

- 23 Os fundamentos da República Federativa do Brasil incluem a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político; no que se refere a este último, no Estado Democrático de Direito, embora apenas a União seja autônoma, todos os entes federados gozam de soberania.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos poderes da União.

- 24 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, cabendo exclusivamente ao Congresso Nacional decretar estado de defesa e estado de sítio, bem como decretar e executar intervenção federal.
- 25 Compete exclusivamente ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República bem como prover e extinguir cargos públicos federais, na forma da lei.
- 26 Vetar projetos de lei, total ou parcialmente, e editar medidas provisórias com força de lei são exemplos de atos de competência privativa do presidente da República.

Julgue os itens a seguir, a respeito do controle da administração pública.

- 27 A convocação de ministros de Estado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou por qualquer de suas comissões para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado é uma manifestação de controle legislativo da administração pública.
- 28 A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, mas não pode revogá-los, por conveniência ou oportunidade, ainda que sejam respeitados os direitos adquiridos, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 29 O Estado não poderá ser responsabilizado objetivamente por atos de tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, devido ao fato de os serviços notariais e de registro serem exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.
- 30 A responsabilidade civil do Estado por danos nucleares independe da existência de culpa.

Após uma diligência, certo auditor fiscal deverá criar relatório reportando o caso e, em seguida, encaminhar o relatório para o órgão responsável, junto com a documentação comprobatória.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 31 Como boa prática, o auditor deverá publicar o material que produziu na *intranet*, a fim de atender ao princípio da publicidade e dar conhecimento a toda população.
- 32 O referido relatório poderá ser criado no MS Word e salvo em arquivo do tipo *pdf*, a fim de preservar a formatação e o conteúdo original do documento e garantir maior compatibilidade ao ser enviado para o órgão responsável.
- 33 O relatório e a documentação comprobatória poderão ser enviados em um único *e-mail*, desde que sejam arquivos de mesmo tipo.
- 34 Para evitar que se perca o trabalho de criação do relatório, o auditor poderá armazenar o respectivo arquivo tanto em seu computador quanto na nuvem.

O recém-criado gabinete de governança corporativa, no âmbito de determinada prefeitura municipal, tem como desafio coordenar a elaboração do planejamento estratégico da prefeitura. No intuito de aprimorar o profissionalismo da gestão e pautá-la em práticas consolidadas de gestão, buscou-se um consultor autônomo para orientar o referido gabinete quanto a algumas questões importantes, a fim de que o planejamento seja, de fato, um instrumento relevante para o aprimoramento da gestão da prefeitura.

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 35** Como se trata de um planejamento estratégico, o gabinete deve buscar construir, de forma detalhada, os objetivos de cada secretaria e departamento, planejando, inclusive, as ações de curto e médio prazo.
- 36** Antes de estabelecer os objetivos estratégicos, o gabinete deve identificar e formular uma clara declaração de missão, bem como compreender e explicitar a visão de futuro estabelecida pelo governo e mapear os valores que norteiam sua atuação.
- 37** Para que, de fato, possam nortear a ação da prefeitura, os objetivos estratégicos, ao serem definidos, devem ser, além de específicos e mensuráveis, relevantes para o alcance da missão, não importando se é viável seu alcance.
- 38** A formulação da estratégia de uma instituição, seja ela pública ou privada, deve contemplar uma cuidadosa análise do ambiente em que a organização atua, considerando-se, inclusive, aspectos gerais como a distribuição de renda e o perfil etário da população.

Julgue o item a seguir, a respeito do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas.

- 39** A alocação do gasto público voltado para atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma direta de distribuir renda.

Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), julgue o item seguinte.

- 40** Compete à LDO fixar limites para os orçamentos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, assim como dispor sobre gastos com pessoal e política fiscal.

No que se refere ao Sistema Tributário Nacional, julgue o próximo item, a respeito da competência tributária.

- 41** A competência tributária é a aptidão para exigir o tributo, sendo delegável inclusive para pessoas privadas.

Acerca de princípios, conceitos e transparência na gestão fiscal, julgue o item subsequente.

- 42** Os planos, orçamentos e lei de diretrizes orçamentárias, bem como as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, são considerados instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Considerando o conceito de Estado contemporâneo, julgue o item a seguir.

- 43** Um sistema de governo compreende as relações institucionais estabelecidas entre os órgãos integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como os aspectos referentes à investidura e à continuação ou destituição dos governantes do poder.

Julgue o próximo item, em relação à organização do Estado e da gestão.

- 44** Todos os estados brasileiros podem adotar sua própria Constituição e editar suas leis, desde que não infrinjam as normas e os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

No que se refere à descentralização na gestão pública, julgue o item que se segue.

- 45** Ocorre descentralização política quando as atribuições exercidas por entes descentralizados somente detêm o valor jurídico que lhes empresta o ente central.

No que diz respeito à governança na gestão pública, julgue o item subsequente.

- 46** Relaciona-se diretamente ao mecanismo de controle e governança o ato de mensurar o desempenho de uma administração com o propósito de verificar se ela está atendendo à sua finalidade básica.

Julgue os itens a seguir, a respeito de ciência de dados, aprendizado de máquina, inteligência artificial, *big data*, governança de dados, transformação de dados e transformação digital.

- 47** Ciência de dados é um ramo multidisciplinar da ciência que, por meio da utilização de grandes conjuntos de dados como núcleo de operação, envolve técnicas de computação, matemática aplicada, inteligência artificial, estatística e otimização, com o intuito de resolver problemas analiticamente complexos.
- 48** O processo de tomada de decisão dos ecossistemas de *big data* é guiado por dados, empregando-se soluções computacionais baseadas em algoritmos de aprendizado de máquina relativos à aquisição de informação relevante; a inteligência artificial, por sua vez, limita-se a interpretar os textos existentes e dar respostas rápidas ao usuário.
- 49** A transformação digital diz respeito à incorporação de tecnologias digitais em todos os aspectos de uma organização, abrangendo processos, produtos, serviços e interações com clientes, ao passo que a transformação de dados está relacionada a etapas e processos aplicados aos dados, a fim de torná-los mais úteis e valiosos para a organização.
- 50** Aplicada pelos profissionais de segurança cibernética, a governança de dados consiste em um método que utiliza criptografia segura para o armazenamento de dados.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Determinado prefeito municipal editou decreto com a seguinte redação.

“O PREFEITO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de tornar a gestão pública mais profissional e eficiente;

CONSIDERANDO os desafios locais e regionais enfrentados pela Prefeitura, como o perfil sociodemográfico da população, a distribuição de renda, as demandas dos cidadãos e o contexto climático,

DECRETA:

Art. 1.º Fica criado, no âmbito da Prefeitura Municipal, o Gabinete de Governança Corporativa, responsável por implementar um programa de melhoria contínua e profissionalização da gestão pública.

Art. 2.º O Gabinete de Governança Corporativa tem como objetivo promover a adoção de práticas de gestão, visando aprimorar a eficiência, a transparência e a qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura.

Art. 3.º O Gabinete de Governança Corporativa será composto por profissionais capacitados, com formação e experiência profissionais comprovadas, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.”

Considerando o decreto hipotético apresentado anteriormente, julgue os itens a seguir.

- 51** O decreto reflete a adoção de uma abordagem de gestão que se alinha à abordagem contingencialista da administração, uma vez que nele são consideradas questões como os desafios locais e regionais enfrentados pela prefeitura.
- 52** Dados acerca do perfil sociodemográfico da população, da sua distribuição de renda e de questões climáticas do local podem auxiliar a equipe do Gabinete de Governança Corporativa no processo de elaboração de uma matriz SWOT, pois são informações relevantes a respeito do ambiente de tarefa em que a prefeitura está inserida.
- 53** O Gabinete de Governança Corporativa é uma unidade de linha dentro da estrutura organizacional, na medida em que as atribuições gerais de uma prefeitura municipal têm o intuito de fornecer serviços de qualidade à sociedade em geral.
- 54** Para atender ao artigo 3.º do referido decreto, ações como o mapeamento e a gestão de competências podem ser essenciais para que se consiga selecionar profissionais adequados ao trabalho e aprimorar as competências dos servidores que já atuam no gabinete.

Segundo relatório de 2023 do Achievers Workforce Institute, 79% dos funcionários preferem permanecer em um emprego em que se sintam valorizados, mesmo que isso signifique ganhar menos dinheiro.

Internet: <startse.com/artigos> (com adaptações).

Considerando a informação precedente, julgue os itens que se seguem, no que concerne a motivação e liderança.

- 55** A valorização do empregado deve ser promovida essencialmente como política da empresa, por meio de ações de integração ou eventos realizados pela área de gestão de pessoas, cabendo ao líder ou gestor apenas o cuidado do trabalho e das metas corporativas.
- 56** De acordo com a teoria motivacional de Herzberg, que trata de fatores higiênicos e motivacionais, a remuneração é um fator higiênico e não basta para motivar uma pessoa a permanecer em um trabalho, o que pode explicar o dado divulgado pelo Achievers Workforce Institute.

Acerca de gestão da qualidade no serviço público, julgue os itens a seguir.

- 57** Entre as ferramentas para melhoria da qualidade dos serviços, o diagrama de Ishikawa é aquela que permite ao gestor uma visão clara dos passos necessários para a realização de uma tarefa ou atividade.
- 58** Para que se consiga efetivamente melhorar a qualidade dos serviços públicos, é essencial que se estabeleçam padrões de desempenho a partir de evidências, tais como relatórios estatísticos, que indiquem, por exemplo, o grau médio de satisfação atual dos usuários em comparação com dados históricos.

receitas	valor (em milhares de R\$)
receita de serviços	2.000
receita de contribuições	2.000
amortização de empréstimos	10.000
receita tributária	30.000
transferências de capital	10.000
alienação de bens	1.000
operações de crédito	5.000
receita patrimonial	2.000
receita industrial	1.000
transferências correntes	5.000

despesas	valor (em milhares de R\$)
encargos sobre operações de crédito	2.000
amortização de dívida de longo prazo	5.000
construção de escola pública	1.000
aquisição de combustíveis	2.000
aquisição de imóveis para a implantação de unidade básica de saúde	5.000
peçoal ativo	20.000
juros sobre a dívida por contrato	3.000
aluguel de veículos	2.000
obrigações patronais	10.000
aquisição de pneus para frota de veículos	1.000

Considerando que as informações precedentes sejam relativas ao demonstrativo financeiro de receitas e despesas de um ente da Federação no exercício de 2022, julgue os próximos itens.

- 59** O valor das despesas correntes é de R\$ 40.000.000.
- 60** O valor das receitas de capital é de R\$ 28.000.000.

No que se refere a créditos adicionais e aos princípios orçamentários que norteiam a elaboração e a execução do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 61** À luz das disposições legais acerca da abertura de créditos adicionais, deve-se considerar que o crédito adicional aberto priorize, como fonte de recursos, aqueles alocados na reserva de contingência.
- 62** O princípio da unidade impõe que a lei orçamentária contenha apenas matéria orçamentária ou financeira.

No que concerne aos estágios da despesa pública, a dívidas flutuantes e fundadas e às previsões da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

- 63** Considere-se que determinado ente subnacional, com a finalidade de adquirir um novo sistema de informações administrativo-financeiro, tenha contratado, em dezembro de 2022, uma operação de crédito no valor de R\$ 10 milhões, com vencimento acordado para dezembro de 2024. Nessa situação hipotética, de acordo com as determinações da LRF, a referida dívida contraída pelo ente público em dezembro de 2022 classifica-se como dívida consolidada.
- 64** Segundo o disposto na LRF, a receita corrente líquida corresponde ao montante bruto de receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas de serviços e receitas patrimoniais.
- 65** Considere-se que certa entidade pública tenha realizado regular licitação para a compra de ambulâncias e que a entrega delas tenham sido efetivada e devidamente atestada pelo órgão público no dia 31 de dezembro de 2022, mas que o pagamento tenha sido realizado somente 60 dias após tal entrega. Nessa situação hipotética, foram devidamente cumpridos os estágios da despesa de fixação e empenho.

Acerca dos sistemas de informações utilizados para a programação e execução orçamentária e financeira, julgue o item que se segue.

- 66** O Sistema de Informações Administrativas e Financeiras de Estados e Municípios (SIAFEM), instituído em 2020 pelo governo federal, deverá ser obrigatoriamente utilizado por estados e municípios para registrar todos os atos e fatos da administração orçamentária, financeira e patrimonial, bem como para disponibilizar à população e atualizar dados em tempo real por meio do portal da transparência dos entes federados.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e de Auditoria (NBC TA), julgue os itens subsecutivos.

- 67** Se o auditor não puder aplicar a um item selecionado os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos adequados, será facultado a ele decidir se considera esse item um desvio do controle previsto ou uma distorção.
- 68** Caso detecte desvios de controles nos quais pretende confiar, o auditor deve fazer indagações específicas para entender a questão e suas potenciais consequências, sendo tal ação dispensável se ele determinar que os testes de controle aplicados fornecem uma base apropriada para confiar nos controles.
- 69** Conforme a Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a asseguração tem a finalidade de aumentar o grau de confiança dos usuários destinatários em relação ao objeto de asseguração.

No que concerne a evidências e procedimentos de auditoria, bem como à identificação de fraudes, julgue os itens subsequentes.

- 70** No caso de identificação de fraude, o auditor deve realizar os procedimentos de auditoria preferencialmente no início ou no decurso do período da auditoria, a fim de evitar interferência da fraude nos resultados.
- 71** De acordo com a NBC TA 500 (R1) — Evidência de Auditoria, um indivíduo externo ou uma organização externa somente pode atuar simultaneamente como especialista da informação e como fonte de informações externas quando se tratar de diferentes conjuntos de informação.
- 72** Os procedimentos analíticos podem ser aplicados a componentes e elementos individuais de informação contábil, mas não são apropriados para a obtenção de evidências em demonstrações contábeis consolidadas.

Acerca da superavaliação de custos e despesas e da auditoria na escrita fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe), julgue os itens a seguir.

- 73** Na auditoria da EFD e da NFe, o auditor deve realizar procedimentos específicos para verificar a correta emissão, validade e autenticidade desses documentos, assegurando a transparência e a conformidade da empresa com a legislação fiscal.
- 74** A identificação de superavaliação de custos e despesas durante a auditoria requer uma análise detalhada de informações e registros de natureza contábil, que devem ser confrontados com evidências externas e internas.

Julgue os itens subsequentes, referentes a procedimentos contábeis.

- 75** A amortização de intangíveis é um fato contábil modificativo que implica o reconhecimento de uma despesa cuja contrapartida será uma conta retificadora de ativo.
- 76** Os adiantamentos recebidos em dinheiro referentes a serviços contratados e ainda não prestados devem ser registrados a débito de caixa e a crédito de uma conta de passivo.
- 77** O ICMS incidente sobre o preço de mercadorias adquiridas para revenda deve ser contemplado no custo de aquisição dessas mercadorias.
- 78** As parcelas de financiamentos bancários obtidos e que tenham vencimento no exercício seguinte devem ser classificadas no passivo circulante e ser ajustadas ao seu valor presente, quando houver efeito relevante.

Julgue os itens a seguir, com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- 79** Para se obter o valor depreciável de um ativo imobilizado, o seu valor residual deve ser deduzido do seu custo de aquisição.
- 80** Uma entidade deve ser proprietária de um recurso econômico para que possa reconhecê-lo como ativo no balanço patrimonial.
- 81** Uma empresa que esteja reivindicando um direito por meio de processo judicial cujo desfecho possivelmente lhe será favorável deverá reconhecer tal ativo no balanço patrimonial.

Com relação a conceitos, terminologias e classificações aplicáveis à contabilidade de custos, julgue os itens a seguir.

- 82** O combustível consumido pelas empresas industriais para efetuar a entrega dos produtos adquiridos por seus clientes deve compor o custo dos referidos produtos.
- 83** O aluguel devido pela utilização de um galpão destinado à produção, cujo contrato prevê reajuste mensal com base na inflação do período, deve ser classificado como custo variável.
- 84** A depreciação das máquinas utilizadas no processo de fabricação de mais de um produto é classificada como um custo indireto, devendo o seu valor ser apropriado aos produtos com base em critérios de alocação e taxas de rateio.

Julgue os itens seguintes, relacionados ao cálculo do custo unitário de um produto.

- 85** Um dos objetivos da departamentalização é reduzir os efeitos da subjetividade e da arbitrariedade que envolvem a escolha dos critérios de rateio dos custos indiretos de fabricação, permitindo, assim, uma apuração mais precisa do custo unitário dos produtos.
- 86** O equivalente de produção é aplicável ao produto que venha a apresentar unidades inacabadas na data em que se estiver procedendo ao cálculo do seu custo unitário.

A respeito dos custos para a tomada de decisão, julgue os itens subsequentes.

- 87** A alavancagem operacional decorre da existência de custos fixos na estrutura de custos de uma empresa, sendo o grau de alavancagem um indicador que permite calcular a variação do lucro em função da variação ocorrida nas vendas.
- 88** O aumento do preço de um produto, sem que haja a redução da quantidade atualmente vendida, provoca a majoração do seu ponto de equilíbrio e a consequente redução da sua margem de segurança.
- 89** A margem de contribuição total de um produto será reduzida caso haja um aumento no valor de seus custos fixos de fabricação.

Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 90** Corrigido o texto de lei temporária antes de seu termo inicial, o novo texto é considerado lei nova, a qual terá, salvo disposição em contrário, vigência de 45 dias após sua publicação oficial, permanecendo em vigor até que outra lei a modifique ou revogue.
- 91** O fenômeno da repristinação decorre de previsão legal, enquanto o efeito repristinatório decorre de norma declarada inconstitucional.
- 92** A omissão da lei autoriza o juiz a adotar métodos teleológicos de interpretação, a partir da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito, para integrar a norma jurídica.
- 93** Apenas a autoridade judiciária brasileira possui competência para conhecer de ações relacionadas a imóveis situados no Brasil, ressalvados os casos de imóveis pertencentes a estrangeiros sem herdeiros brasileiros.

Considerando as disposições do Código Civil acerca do uso e do usufruto, julgue os itens que se seguem.

- 94** A morte do usufrutuário é causa extintiva do usufruto.
- 95** O uso e o usufruto são direitos equivalentes que o sujeito tem de utilizar-se de bens alheios para adquirir seu sustento e o de sua família, diferenciando-se pelo fato de o primeiro restringir-se a bens móveis e o segundo, a bens imóveis.
- 96** Não se admite aquisição de usufruto de imóveis por usucapião, salvo quando previamente registrado em cartório competente.

Com base nas disposições do Livro II do Código Civil, julgue os itens a seguir, relativos ao direito empresarial.

- 97** Segundo lições doutrinárias, o Código Civil adota a teoria da realidade técnica para afirmar e justificar a existência da pessoa jurídica.
- 98** Segundo a redação do Código Civil, o empresário casado em regime de comunhão universal de bens pode gravar de ônus real os imóveis que integrem o patrimônio da empresa, independentemente de outorga conjugal.
- 99** O empresário e a sociedade empresária deverão conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, pelo prazo de 5 anos após a ocorrência dos atos neles consignados.
- 100** Sociedade em nome coletivo pode eleger como administrador pessoa não sócia, em ato separado, mediante termo de posse registrado no livro de atas da administração.
- 101** Pelas obrigações que tinha como sócio de sociedade simples, o cedente de quota social responde solidariamente com o cessionário perante a sociedade e terceiros, por prazo que se inicia a partir da integralização da quota pelo cessionário.

Com base nas disposições do Código Civil e da Lei Complementar (LC) n.º 123/2006, julgue os itens que se seguem.

- 102** O fato de uma sociedade empresária classificada como empresa de pequeno porte e optante do tratamento jurídico diferenciado previsto na mencionada LC passar a ter como sócia pessoa jurídica distinta é causa de exclusão do respectivo regime diferenciado, a partir do mês seguinte ao da ocorrência da respectiva situação impeditiva.
- 103** Nos termos da referida LC, o fato de uma sociedade limitada ser considerada empresa de pequeno porte não desobriga os sócios de realizarem reuniões e assembleias na forma estabelecida pelo Código Civil para suas deliberações.

Em junho de 2021, foi promulgada a LC n.º 182, que instituiu o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador, promovendo alterações pontuais na Lei n.º 6.404/1976 e na LC n.º 123/2006. No que se refere à distribuição de dividendos nas companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$ 78.000.000, segundo as alterações promovidas pela LC n.º 182/2021, julgue o item a seguir.

- 104** Havendo omissão do estatuto quanto à distribuição de dividendos, estes serão estabelecidos livremente pela assembleia geral, desde que não seja prejudicado o direito dos acionistas preferenciais de receber os dividendos fixos ou mínimos a que tenham prioridade.

Com base no sistema tributário nacional, que abrange as regras criadas pela Constituição Federal bem como as normas primárias e secundárias que envolvam o direito tributário, julgue os itens a seguir.

- 105** A Constituição Federal de 1988 obriga a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a observarem a aplicação do princípio da anterioridade anual e do princípio da anterioridade nonagesimal no momento de instituir e cobrar os tributos por lei.
- 106** O ouro, quando definido como ativo financeiro, sujeita-se à incidência de imposto sobre operações financeiras (IOF), e o fruto dessa arrecadação deverá ser obrigatoriamente repartido com os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- 107** Quando a autoridade administrativa impõe uma penalidade, basta que o contribuinte a pague para que esteja desobrigado do pagamento integral do crédito tributário.
- 108** O patrimônio de fundações atreladas a partidos políticos tem imunidade tributária referente ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR), que pertence à União.

Considerando a competência tributária prevista na Constituição Federal de 1988 e no Código Tributário Nacional, julgue os itens a seguir.

- 109** A concessão de isenção de imposto federal deve ser feita por lei ordinária específica e, quando concedida por prazo certo, não pode ser revogada ou modificada antes do término do referido prazo.
- 110** Caso a competência extraordinária seja utilizada, a União pode instituir imposto extraordinário em caso de iminência de guerra externa mediante ato do Poder Executivo com força de lei material, o qual não precisa ser apreciado pelo Congresso Nacional.
- 111** O microempreendedor individual (MEI) tem autorização legal para, caso queira, aderir ao recolhimento dos impostos e das contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.
- 112** O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público direta (entes tributantes) ou indireta (entes parafiscais), titular da competência constitucional tributária para instituir e cobrar os seus próprios impostos.

Acerca da organização político-administrativa do Brasil, julgue os itens a seguir.

- 113** Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), excepcionalmente, a constituição estadual pode, considerando que as situações previstas no art. 35 da Constituição Federal de 1988 são exemplificativas, elencar outras hipóteses de intervenção estadual.
- 114** Ao apreciar os requisitos para que municípios sejam criados, incorporados, fundidos ou desmembrados, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a elaboração de lei complementar federal ao Congresso Nacional.
- 115** Sem que tenha ocorrido consulta prévia, por meio de plebiscito, às populações de municípios envolvidos, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é que não há legitimidade ativa para a execução fiscal de cobrança, por parte de um município, de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) quanto a imóveis localizados em área acrescida de outro município.

Considerando o entendimento jurisprudencial do STF a respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens subsequentes.

- 116** É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente, nos termos da legislação de regência.
- 117** Uma vez que não há direitos fundamentais absolutos, revela-se constitucional eventual condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa.

Com relação à ordem econômica e financeira, bem como aos critérios estabelecidos pela Constituição Federal para delimitação da competência legislativa dos entes federados, julgue os itens que se seguem.

- 118** Segundo o STF, eventual lei que proíba ou restrinja a atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo seria inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência.
- 119** A competência para legislar sobre hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios incumbe à União, uma vez que há preponderância do interesse nacional.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 — e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da matéria, julgue os itens a seguir.

- 120** É viável a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- 121** As hipóteses legais de atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito e atentem contra princípios da administração pública retratam condutas específicas e configuram um rol exemplificativo.
- 122** O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- 123** A referida lei exaure os tipos de conduta que configuram atos de improbidade administrativa.

Com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens subsequentes.

- 124** Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.
- 125** A exoneração e a remoção são hipóteses de vacância do cargo público, uma vez que há desocupação do cargo pelo servidor nos dois casos.

A respeito da intervenção do Estado na propriedade, julgue os itens seguintes.

- 126** A desapropriação pode incidir sobre qualquer espécie de bem suscetível de valoração patrimonial, como bens imóveis, móveis, públicos, privados, corpóreos ou incorpóreos.
- 127** Pelo fato de constituírem direito real de uso em favor do Estado sobre propriedade particular, as servidões administrativas devem ser inscritas no registro de imóveis para produzir eficácia *erga omnes*.

Considerando que X represente uma variável aleatória cuja função de distribuição de probabilidade acumulada é

$$P(X \leq x) = \begin{cases} 0, & \text{se } x \leq 10, \\ \frac{x - 10}{20}, & \text{se } 10 < x \leq 30, \\ 1, & \text{se } x > 30, \end{cases}$$

julgue os próximos itens.

- 128** $P(X = 10) + P(X = 15) + P(X = 20) + P(X = 25) + P(X = 30) = 0$.
- 129** O valor esperado de X é igual a 15.

0,3	0,2	0,5	0,8	0,4	0,1	0,6	0,7
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

No que diz respeito ao conjunto de dados precedente, cujos elementos constituem uma amostra aleatória simples retirada de uma população com função de densidade de probabilidade na forma

$$f(x) = \begin{cases} 0, & \text{se } x < b, \\ 2e^{-2(x-b)}, & \text{se } x \geq b, \end{cases}$$

na qual $b > 0$ é o parâmetro desconhecido, julgue os itens a seguir.

- 130** A média amostral é uma estatística suficiente para a estimação do parâmetro desconhecido b .
- 131** A estimativa de máxima verossimilhança para o parâmetro b é igual a 0,1.

Uma amostra aleatória simples foi retirada de uma população normal com média μ e desvio padrão σ , ambos parâmetros desconhecidos. Sabe-se que 38 ± 3 representa um intervalo de 95% de confiança para a média populacional, obtido com base na distribuição t de Student.

Considerando essa situação hipotética e o teste t de Student, cujas hipóteses nula e alternativa são, respectivamente, $H_0: \mu = 40$ e $H_1: \mu \neq 40$, julgue os itens subsequentes.

- 132** Se o nível de significância do teste for igual a 1%, então a potência desse teste será igual a 99%, independentemente do valor real da média populacional μ .
- 133** A hipótese H_0 não é rejeitada se o nível de significância for igual a 5%.
- 134** O p-valor do teste é inferior a 1%.

Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 159/2013 e suas alterações (Código Tributário do Município de Fortaleza), julgue os itens a seguir.

- 135** Redução de tributo submete-se ao princípio da reserva legal.
- 136** É vedada a aplicação pretérita dessa lei em relação a ato pendente de julgamento.
- 137** A incapacidade civil da pessoa física enquanto sujeito passivo não prejudica a sua capacidade tributária.
- 138** O uso da equidade como método de integração da norma jurídica precede os demais institutos aplicáveis.

Julgue os itens subsecutivos, em relação ao processo administrativo tributário a que se refere a Lei Complementar n.º 305/2021.

- 139** No processo administrativo tributário, a impugnação que contrariar enunciados de súmulas editadas pelo Conselho Pleno será julgada liminarmente improcedente.
- 140** Para a contagem de prazos processuais no processo administrativo tributário, incluem-se o dia do início e o dia de vencimento, que serão prorrogados automaticamente para o primeiro dia útil posterior quando não houver expediente no órgão julgador competente.
- 141** São partes no processo administrativo tributário o município de Fortaleza, o sujeito passivo das obrigações tributárias e seus procuradores.
- 142** O processo administrativo tributário sujeita-se ao princípio da verdade real.

A respeito da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), da lei orçamentária anual (LOA), do plano plurianual (PPA) e dos créditos adicionais, julgue os itens a seguir.

- 143** A LDO dos municípios deve conter, obrigatoriamente, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais, bem como anexo que apresente a previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na LOA com o propósito de dar continuidade àqueles em andamento.
- 144** São instrumentos de controle da renúncia fiscal o demonstrativo de estimativa e compensação, constante da LDO, e o demonstrativo regionalizado do seu efeito sobre as receitas e despesas, que consta da LOA.
- 145** Se, todos os anos, determinado bairro de um município é alagado no período de chuvas, então o respectivo prefeito poderá valer-se de crédito extraordinário para enfrentar essa calamidade pública.
- 146** A dotação de obra pública cuja execução prevista seja de dois anos deverá ser consignada na LOA, ainda que a referida obra não esteja prevista no PPA.

Considerando os princípios orçamentários, julgue os itens seguintes.

- 147** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a regra de ouro não impede a contratação de operações de crédito para o custeio de despesas correntes, desde que o total da contratação não exceda o montante das despesas de capital.
- 148** O princípio do equilíbrio orçamentário é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988 e impede que o gasto público ultrapasse a arrecadação tributária.

Com relação ao ciclo e ao processo do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 149** A prestação de contas de transferências voluntárias que o município de Fortaleza receber da União deverá ser feita ao Tribunal de Contas da União, e não ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
- 150** Se a Câmara Municipal de Fortaleza, empenhando-se em economizar, terminar determinado ano com saldo financeiro, então, no ano seguinte, a Prefeitura Municipal de Fortaleza não poderá deduzir tais valores do duodécimo do Poder Legislativo, sob pena de ofensa à independência dos Poderes.

Espaço livre